

Mediação da Informação e Múltiplas Linguagens¹

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (UEL)

Resumo: O projeto de pesquisa Mediação da Informação e Múltiplas Linguagens, ainda não concluído, possibilita, no momento, a veiculação de resultados parciais. Entre eles, destacam-se a própria conceitualização de mediação da informação – mesmo que de forma embrionária –; a distinção entre mediação implícita e explícita – oriunda da concepção de que a mediação da informação envolve e determina todo o fazer do profissional da informação –; a presença, no conceito, da concepção de interferência e de apropriação; a idéia de mediação pré-questão e pós-questão; a concepção de informação como efêmera, dependente do sujeito – embora interferindo sobre ele –, fluida e causadora de inquietações e de dúvidas; com base nessa concepção de informação, o trabalho do profissional da informação tem como essência uma quase-informação ou, como passamos a denominá-la, “proto-informação”; e a proposta de direcionarmos nossas discussões sobre a mediação da informação como objeto da área da Ciência da Informação.

Palavras-Chave: Mediação da Informação. Informação. Leitura informacional. Interferência.

Abstract: The research project Information Mediation and Multiple Languages, still not concluded, enables, in the moment, the dissemination of partial results. Between them, detach to own information mediation conceptualization – even though of embryonic form –; the distinction between explicit and implicit mediation – arising from of the information mediation conception involves and determines all do of information professional –; the presence, in the concept, of interference and appropriation conception; the pre-question mediation idea and pos-question; the information conception as ephemera, dependent of individual –, though interfering about him –, fluid and cause of uneasiness and doubts; on the basis that information conception, the work of information professional has like essence a almost-information or, as we pass name her, "proto-information"; and the proposal of we will direction our arguments about information mediation like object the area of Information Science.

Keywords: Information Mediation. Information. Informational Lecture. Interference.

¹ Comunicação oral apresentada ao GT-03 - Mediação, Circulação e Uso da Informação.

Introdução

Os últimos projetos de pesquisa desenvolvidos pelo Grupo “Interfaces: Informação e Conhecimento” originaram conceitos básicos, embora embrionários, no âmbito da mediação da informação. No entanto, causaram, como esperado, inquietações e questionamentos não só no âmago do tema em si, como também nas fronteiras – a cada momento menos definidas – com áreas próximas.

Inquietações e questionamentos são inevitáveis em qualquer pesquisa, emprenhando os resultados dela de vazios, brancos, vácuos. Indagações preenchem as entrelinhas das afirmações e das certezas.

Nenhuma pesquisa finda nas conclusões. Todas elas, conclusões, são parciais e nos arrastam para novas reflexões, novas buscas por responder às interrogações suscitadas.

O último desses projetos “Mediação da Informação e Múltiplas Linguagens”, embora ainda não finalizado – e acompanhando, em especial, o projeto anterior a ele –, suscita e provoca várias indagações. Durante o seu desenvolvimento, nos defrontamos com a necessidade de responder, ao menos de maneira inicial, a questões presentes em aspectos básicos do tema ao qual direcionamos nossos estudos. Entre os questionamentos, alguns se impuseram como prioritários, pois implicam em uma mudança de direcionamento no olhar e no foco de nosso objeto de estudo.

Objetivo

O principal objetivo da pesquisa foi o de analisar a mediação da informação, não só no âmbito da sua relação mais estreita com a disseminação e a transferência da informação, mas, também, e principalmente, entendida como base determinante do fazer bibliotecário e as implicações que sobre ela incidem o trabalho e o conhecimento de outras linguagens presentes nas várias mídias informacionais.

Metodologia

A pesquisa partiu de um amplo levantamento de literatura, identificando materiais que contribuíssem com o tema enfocado. Preferencialmente, os textos estavam centrados ou com interesse na atuação dos equipamentos informacionais.

Sendo teórica, bibliográfica e documental, a pesquisa, além da leitura, análise e fichamento dos materiais selecionados, procurou suscitar debates, discussões e reflexões nos membros do grupo de pesquisa. Com o resultado de tais debates, houve um retorno à literatura, identificando-se tópicos não de todo assimilados ou cuja contribuição não tenha sido vislumbrada quando da primeira leitura.

Resultados Parciais

Mediação da Informação

O cerne dos estudos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa foi a mediação da informação. Apesar de ultimamente ser muito citada na literatura especializada da área, a mediação da informação não possuía um conceito específico.

Como em muitos outros casos os textos sobre o tema – ou que, de alguma maneira, o abordam – consideram seu conceito intuitivamente assimilado, apreendido e compreendido. Na verdade, parte-se da idéia de que é desnecessário conceituar a mediação da informação, como também o é, por exemplo, a informação pública e outros tantos temas da área.

Em uma conceituação implícita, proveniente da intuição, na concepção da maioria dos que escrevem e estudam o tema, a mediação da informação passa a fazer parte do discurso dos profissionais da informação, mas sem que embase suas práticas. Ao contrário: estas são dissociadas da teoria, uma vez que não está ela, teoria, articulada, organizada, sistematizada e explicitada.

O senso comum dos profissionais da área identifica a mediação da informação com a imagem de uma ponte. Esta, como aquela, permite a relação entre dois pontos que, de alguma forma, estão impedidos de interagir por obstáculos e empecilhos.

A imagem da ponte parece-nos inapropriada, em especial porque apresenta a idéia de algo estático, que leva alguma coisa de um ponto a outro ponto – sendo estes predeterminados e fixos – e que não interfere no trajeto, no modo de caminhar e no final do percurso.

Embasada por essas concepções, a pesquisa conceituou, ainda de maneira embrionária, a mediação da informação como

[...] toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

Abarcando todo o fazer do profissional da informação – desde o armazenamento até a disseminação – tal mediação passa a se constituir não como um coadjuvante no âmbito da Ciência da Informação, mas interferindo em seu próprio objeto.

De maneira empírica, a mediação da informação é entendida apenas como vinculada ao Serviço de Referência e Informação ou, de forma mais específica, aos espaços e ações que visam o atendimento do usuário. O início de nossos estudos sobre o tema partiu dessa concepção que, evidentemente, mostrou-se incoerente com as reflexões suscitadas pelo desenvolvimento da pesquisa.

Vale lembrar que empregamos o termo “usuário” ao invés de “cliente” – este último apregoadado e aceito pela maioria dos autores da área – acompanhando a posição de Rosane Lunardelli. Em um texto sobre o assunto (2004), a autora, valendo-se de concepções da Lingüística, afirma que o termo “cliente” se reveste de uma idéia de passividade, enquanto “usuário” – ao contrário do que defendem vários autores da Ciência da Informação – carrega em seu bojo uma concepção de atividade, de participação.

Mediação Implícita e Explícita

Defendemos que a mediação está presente em todos os fazeres do profissional da informação. Em algumas ações, no entanto, a mediação está presente de forma implícita, muito embora dirigindo e norteadando todas as atividades ali desenvolvidas. O armazenamento de informações é alimentado a partir de interesses e demandas dos usuários. A política de seleção, amplamente discutida no desenvolvimento de coleções, tem o usuário final como base de sustentação. O mesmo se dá com os trabalhos de processamento das informações: têm suas ações voltadas para a recuperação de informações que atendam e satisfaçam necessidades dos usuários.

É inconcebível a idéia de trabalhos que não estejam voltados para o atendimento de necessidades informacionais. Tais trabalhos seriam vazios e desprovidos de objetivos.

Esse, entre outros fatores, tornou possível – e quase inevitável – a distinção da mediação entre implícita e explícita. A primeira, a mediação implícita, ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais (1) em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários. Nesses espaços, como já observado, estão a seleção, o armazenamento e o processamento da informação. A mediação explícita, por seu lado, ocorre nos espaços em que a presença do usuário é inevitável, é condição *sine qua non* para sua existência, mesmo

que tal presença não seja física, como, por exemplo, nos acessos à distância em que não é solicitada a interferência do profissional da informação.

Partindo do fato de que o acesso aos equipamentos informacionais é hoje possível tanto de maneira presencial quanto à distância, sentimos a necessidade em distinguir a mediação realizada em cada uma delas. Assim, surgiram os conceitos de “mediação pré-questão” e “mediação pós-questão”, que serão melhor estudados em novo projeto que iniciaremos em breve.

Interferência

No conceito de mediação da informação, destaca-se a afirmação de que é ela uma interferência.

Em oposição ao pensamento hegemônico que sustenta a imparcialidade e a neutralidade do profissional da informação no exercício de seu trabalho, defendemos a existência da interferência. É ela constante e indissociada do fazer do profissional da informação.

A imparcialidade e a neutralidade, embora procuradas, não se concretizam, pois o profissional da informação atua com uma matéria prima que, por si, não é neutra. A informação é carregada e está envolta em concepções e significados que extrapolam o aparente. A informação está imersa em ideologias e em nenhuma hipótese se apresenta desnuda de interesses, sejam econômicos, políticos, culturais, etc.

A interferência não deve ser negada, mas, sim, explicitada, afirmada, tornada consciente para que, criticamente, o profissional possa lidar com ela de maneira a amenizar, minimizar possíveis problemas que dela decorram.

Há uma linha tênue entre interferência e manipulação; A consciência de sua existência bem como da realidade da interferência, permite não a eliminação da manipulação, mas a diminuição de seus riscos e de suas conseqüências.

Objeto da Área de Ciência da Informação

Outro ponto importante evidenciado entre os resultados da pesquisa, diz respeito à proposta de modificação do objeto da Ciência da Informação. Hoje, a informação é aceita como sendo esse objeto. Para muitos, a informação registrada. Defendemos que esse objeto deva ser reconsiderado e a informação ser trocada pela mediação da informação. Assim, o objeto da Ciência da Informação passaria a ser a mediação da informação.

Muitos foram os motivos que nortearam nossas reflexões para a proposta de alteração do objeto da área. Em especial, um que nos acompanha quase desde o término da graduação: as atividades culturais desenvolvidas nas bibliotecas. Estas compreenderiam, entre outras, apresentação de vídeos, peças teatrais, contação de história, espetáculos musicais, palestras, debates etc.

A partir da informação registrada como objeto da área, as atividades culturais devem ser desconsideradas das ações e do fazer do profissional bibliotecário, pois elas têm por característica a efemeridade e não são passíveis de recuperação. Se registradas, tais atividades concretizam-se em outro tipo de suporte. Por exemplo: uma atividade teatral, se filmada, deixa de ser teatro para se tornar um filme. Do mesmo modo, uma contação de história, se fotografada, filmada ou gravada sonoramente, perde a interação existente quando de sua realização.

Em texto publicado em 2004, explicitávamos nosso entendimento sobre o assunto.

Defendemos, no entanto, que tais atividades fazem parte do objeto de interesse, bem como devem estar presentes no fazer dos profissionais. Isso se deve, acreditamos, pelo fato de que, partindo da idéia do objeto da área ser a informação, não importa a forma como ela será veiculada, mas a possibilidade de que seja ela apropriada pelos usuários. Assim, quando a biblioteca pública organiza atividades culturais e veicula para a população quando serão elas realizadas, está ela permitindo e possibilitando a relação dos usuários, ainda que maneira transitória, com a informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2004).

Outro motivo para a alteração do objeto da área, prende-se às informações eletrônicas. Estas, a exemplo das atividades culturais, também são, em essência, efêmeras. Em sua maioria, as informações veiculadas na Internet, por exemplo, desaparecem, são excluídas ou alteradas em pouco tempo após ter sido disponibilizada para acesso. Sua recuperação depende de vários aspectos, não necessariamente afetos aos que a criaram ou aos que a veicularam.

O crescimento da preocupação com a preservação digital atesta as características diferenciadas da informação digital. O mesmo ocorre – e não recentemente – com as normas da ABNT para documentos em formato eletrônicos. Para ser referenciado, um documento eletrônico exige de quem o consultou a inclusão do endereço e a data em que foi ele localizado e acessado.

No mesmo texto anterior, sobre as informações eletrônicas, afirmávamos que

As informações veiculadas pela Internet, por exemplo, têm como característica a efemeridade, a transitoriedade. Lógico que podem ser elas permanentes, mas não há, nem deve haver, a exigência da efetividade, da permanência, da eternidade. A informação recuperada hoje pode não o ser

amanhã ou, mesmo, algumas horas mais tarde. O caráter dinâmico da Internet – e de sua linguagem específica como mídia diferenciada – pede um outro processamento, uma outra forma de tratamento. Estas, não podem ser rígidas e controladoras, como atualmente são as ferramentas e os processos empregados pela área para lidar com a informação. Sendo efêmeras, não podem ser recuperadas a qualquer momento, como os suportes tradicionais empregados pelos profissionais para veicular a informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2004).

Se todo fazer do profissional da informação é voltado para a mediação – quer implícita, quer explícita – considerarmos a mediação da informação como objeto da área é um encaminhamento lógico e natural.

Apesar de depender de discussões e debates mais aprofundados, nossa pesquisa se embasou na concepção de que o objeto da área – ou seu núcleo epistemológico – deve ser entendido como sendo não a informação registrada, mas a mediação da informação.

Sociedade da Informação? Sociedade do Conhecimento?

Outro ponto importante dentro das concepções sugeridas pela pesquisa, volta-se para o entendimento da não existência da assim chamada Sociedade do Conhecimento ou Sociedade da Informação. Os autores que abordam esse assunto costumam, em boa parte das vezes, lidarem com esses termos como se fossem sinônimos e representassem a mesma coisa. Seria melhor empregar “Sociedade da Informação e do Conhecimento”. Acompanhando Newton Duarte (2003), vivemos em uma Sociedade Capitalista que se utiliza de eufemismos para acobertar a estrutura exploradora em que se sustenta e desviar as discussões, levando-as a concentrar seus interesses na superficialidade e não no cerne, no âmago do problema.

Newton Duarte questiona se estamos sob a égide da Sociedade do Conhecimento ou se sob uma Sociedade da Ilusão. Optando pela segunda aponta algumas ilusões presentes na Sociedade do Conhecimento. A primeira delas seria a afirmação de que há uma enorme ampliação da democratização da informação e do conhecimento nessa sociedade, permitindo o acesso de todos não só ao ferramental, aos equipamentos, aos instrumentos, aos novos suportes, como também aos conteúdos por eles veiculados. A democratização da informação através das TICs é falsa e se constitui, na visão do autor e que acompanhamos, em uma das ilusões da Sociedade do Conhecimento.

A sociedade capitalista, é importante que se ressalte, vive um novo momento, passa por mudanças, embora preservando seus alicerces. Adaptando-se e cooptando situações novas e fora, inicialmente, de seu controle, no panorama atual calca-se no “capital informação” como

forma de manter sua perenidade. A idéia de “capital informação” é defendida por Luciano Vasapollo (2007, p.9) e entendida como “a introdução da comunicação e da informação no mundo da produção, que se converte em mercadoria e valor”.

Robert Kurz (2002) também questiona a Sociedade do Conhecimento (ou Sociedade da Informação)

Mais espantoso deve parecer que há alguns anos esteja se disseminando o discurso da "sociedade do conhecimento" que chega com o século 21; como se só agora tivessem descoberto o verdadeiro conhecimento e como se a sociedade até hoje não tivesse sido uma "sociedade do conhecimento". Pelo menos os paladinos da nova palavra-chave sugerem algo como um progresso intelectual, um novo significado, uma avaliação mais elevada e uma generalização do conhecimento na sociedade. Sobretudo se alega que a suposta aplicação econômica do conhecimento esteja assumindo uma forma completamente diferente.

O irônico título desse seu trabalho (A ignorância da sociedade do conhecimento) evidencia sua áspera crítica ao discurso e aos defensores da Sociedade do Conhecimento.

De todo modo, o conhecimento degradado em "informação" não se revelou economicamente estimulante na medida em que se havia esperado. A New Economy da sociedade do conhecimento entrou em colapso tão rápido quanto foi proclamada. Isso também tem sua razão; pois o conhecimento, seja lá na forma que for, diferentemente de bens materiais ou serviços prestados, não é reproduzível em "trabalho" e, portanto, em criação de valor, como objeto econômico. Uma vez posto no mundo, ele pode ser reproduzido sem custo, na quantia que se deseje (KURZ, 2002).

Partimos da concepção de um conhecimento construído, de um conhecimento que se constrói individualmente, mas tão somente na relação, na interação. Não há conhecimento no isolamento, ao contrário, ele se constrói na relação com o mundo, com os outros homens. Essa premissa se sustenta nas idéias de Vigotski e de Paulo Freire. O primeiro, sóciointeracionista, contribui sobremaneira para as reflexões sobre a mediação da informação a partir de seu conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). E o segundo, na medida em que inviabiliza a construção do conhecimento a partir do isolamento do indivíduo. Com um pensamento marcadamente político, Paulo Freire abre trilhas e caminhos diferentes daqueles que usualmente seguimos nas análises da área de informação.

Outros autores também nos permite enveredar por esses caminhos pouco trilhados na área, como, entre eles, Marilena Chauí, Istvan Meszaros, Armand Mattelart, Ignácio Ramonet, Emir Sader, Phillippe Breton.

A Informação

Especificamente sobre a informação, nossas reflexões nos direcionaram para a afirmação de um conceito que, de fato, considere o usuário como um ser ativo e participativo. Parece-nos que o conceito (ou conceitos) hegemonicamente aceitos na área, entendem o usuário como um ser passivo, mero receptor de uma informação previamente existente e que pouco interfere em seus significados.

A mediação da informação permite e exige uma concepção de informação que desloque o usuário da categoria de mero receptor, colocando-o como ator central do processo de apropriação. Dessa forma, defendemos que o usuário é quem determina a existência ou não da informação. A informação existe apenas no intervalo entre o contato da pessoa com o suporte e a apropriação da informação. Como premissa, entendemos a informação a partir da modificação, da mudança, da reorganização, da reestruturação, enfim, da transformação do conhecimento. Assim entendida, ela, informação, não existe antecipadamente, mas apenas na relação da pessoa com o conteúdo presente nos suportes informacionais. Estes são concretos, mas não podem prescindir dos referenciais, do acervo de experiências, do conhecimento de cada pessoa. Em última instância, quem determina a existência da informação é o usuário, aquele que faz uso dos conteúdos dos suportes informacionais.

Considerada a informação desse modo, é clara a participação ativa e decisiva do usuário nesse processo. De receptor, passa o usuário a ser um construtor, um co-produtor da informação. A “autoria” deixa de ser única e passa a ser repartida, distribuída entre todos os que farão uso da “informação em potência”.

Roger Chartier em “A ordem dos livros” (1994), afirma que vivemos um momento em que a concepção de autoria passa por uma revisão. Deve ser ela modificada a partir das linguagens específicas e diferenciadas do ciberespaço? Antes, como é lembrado por ele, a interferência do leitor dava-se de forma restrita, circunscrita aos espaços permitidos pela estrutura do livro – principal veiculador do conhecimento humano. Hoje, ao contrário, a estrutura da mídia virtual possibilita outros tipos de intervenção do leitor, levando-o, se assim o desejar, a “reescrever” a “reelaborar” o conteúdo disseminado.

Há também, atualmente, a defesa da “co-autoria” dos textos escritos. O leitor é entendido como “co-autor”, uma vez que não se concebe um texto que exista por si só, sem a presença dele, leitor.

De nosso lado, defendemos que a “verdade” do texto se identifica com a intenção do autor. A intencionalidade do autor deve ser buscada como forma de “entendemos” o texto. No entanto, a intenção é consciente, mas a exteriorização não se restringe ao que o autor pretende comunicar, ao contrário, ela, de maneira insubmissa, revela, explicita mais do que o autor pretendia originariamente.

Dentro do exposto, dois pontos nos interessam em especial: a informação e a leitura.

A informação, contrariando o conceito aceito majoritariamente na área, está sendo empregada como criadora de conflitos, pois só estes viabilizam a transformação do conhecimento. A informação não dirime as dúvidas ou elimina incertezas, ela exige a “reconstrução” do conhecimento na medida em que destrói certezas.

As certezas, quando certezas, não admitem, não aceitam, não toleram questionamentos. Ou melhor, nem mesmo aventam a possibilidade de serem contrariadas.

A humildade do conhecimento, como defendido por Paulo Freire, é desejável e deve estar presente nas ações do pesquisador. Mais do que isso, ela é condição imprescindível para que haja construção de novos conhecimentos. A humildade lida com certezas, mas momentâneas, passíveis de mudanças.

Essas certezas são destruídas pelas informações. Assim, transformam-se em novas certezas, como as outras, também momentâneas.

Se as informações são “registradas, mas não permanentes; são fluidas, evaporantes, translúcidas; impalpáveis, embora concretas; não consumíveis” (ALMEIDA JUNIOR, 2004), dependem do usuário para se concretizar, não existindo antecipadamente. Defendemos que a informação não se apresenta construída, não é antecipada nem é previsível. A informação representa o desconhecido. Sendo assim, é ela inquieta e, como tal, causa inquietações, conflitos. Apesar de se constituir no indivíduo, é dependente do coletivo. O próprio conhecimento é dependente do coletivo.

Paradoxalmente, na aparência, a informação, sendo fluida, tendo uma vida efêmera e estar voltada para o indivíduo, não é a-histórica e exige uma sócio-interação.

Em síntese, a pesquisa defende que a informação é efêmera e se concretiza apenas no momento em que se dá a relação do usuário com o suporte que torna possível a existência dela, informação. Assim, ela não existe a priori, ela não existe antes da relação usuário/suporte, o que redundaria em defendermos que o profissional da informação trabalha com uma informação latente, uma “quase-informação”. Preferimos chamá-la de “proto-informação” uma vez que ela não é, ainda, uma informação.

A leitura – aqui entendida como leitura informacional, ou seja, aquela presente quando da apropriação, por parte do usuário, da informação que resultará em alteração, em transformação de seu conhecimento – é vista como imprescindível na apropriação da informação e, portanto, constituindo-se como uma das principais atribuições do profissional da informação, independente do equipamento informacional em que atua, dos suportes com os quais e das inúmeras linguagens que utiliza para disseminar informações.

Conclusão

Embora ainda não concluída, como afirmado anteriormente, a pesquisa já possui resultados que exigem divulgações específicas, embora estas já estejam em curso. Alunos bolsistas apresentaram subprojetos específicos em eventos de iniciação científica; pesquisadores-professores elaboraram vários capítulos de livros, trabalhos em eventos, inclusive internacionais, além de proferirem palestras e cursos sobre o tema.

Todos os resultados são passíveis de consideração e melhor reflexão, até porque essa é uma característica inerente a qualquer pesquisa desenvolvida. Estamos cientes de que muitos dos conceitos por nós defendidos seguem em direção contrária ao pensamento hegemônico da área, mas entendemos ser essa uma exigência, uma necessidade a que nenhum pesquisador deve se furtar, deve se negar, sob pena de ser um mero reproduzidor de um pensamento aparentemente consolidado.

Nota

(1) O termo “equipamentos informacionais” foi por nós idealizado para representar a variedade de espaços e unidades de informação, e se constitui em uma transposição de termo semelhante empregado na área cultural – “equipamento cultural”.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. *Ágora informacional. Ciencias de la Informacion*, Habana, v.29, n.4, out./dez. 1998.

_____. *Biblioteca pública: avaliação de serviço*. Londrina: Editora da UEL, 2003.

_____. Implicações entre formação e objeto da área de informação. VII ENCUESTRO DE DIRECTORES, 8. Y ENCUESTRO DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 6. 30 de

agosto a 01 de setembro de 2004, Mar del Plata, Argentina. *Anais...* Mar del Plata, 2004. Publicação em CD-ROM.

_____. Leitura, mediação e apropriação da informação. SANTOS, Jussara Pereira (Org.). *A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. 168p. p.33-45.

_____. Mediação da informação. In: FADEL, Bárbara (Org.). *A informação nas organizações sociais: desafios em face de multiplicidade de enfoques*. Marília: FUNDEPE, 2004. (CD-ROM).

_____. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. VII Encuentro de Educadores e Investigadores en Bibliotecología, Archivología, Ciencias de la Información y de la Documentación de Iberoamérica y el Caribe (EDIBCIC) 22 a 24 de novembro de 2006, Marília. *Anais*. Marília: UNESP, 2006. CD-ROM

_____. Mediación e Información. In: GARCIA MARCO, Francisco Javier (ed.). *Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación en el entorno digital*, 2007. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2007. p.27-35.

_____. Profissional bibliotecário: um pacto com o excludente. In: BAPTISTA, Sofia Galvão, MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). *Profissional da informação: o espaço de trabalho*. Brasília: Thesaurus Editora, 2004. p.70-86.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. O fenômeno informacional na ciência da informação: abordagem teórico-conceitual. In: CASTRO, César Augusto (Org.). *Ciência da Informação e Biblioteconomia: múltiplos discursos*. São Luis: EDUFMA, 2002. p. 11-34.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.8, n.4, p.3-8, out./dez. 1994.

BRAGA, Maria de Fátima Almeida. Meios e modos de apropriação da informação e do conhecimento. In: CASTRO, César Augusto (Org.). *Ciência da Informação e Biblioteconomia: múltiplos discursos*. São Luis: EDUFMA, 2002. p. 109-119.

BRETON, Phillipe. *A manipulação da palavra*. São Paulo: Loyola, 1999.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

_____. *Leitores, espectadores e internautas*. São Paulo: Iluminuras, 2007.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CASTRO, César Augusto (Org.). *Ciência da Informação e Biblioteconomia: múltiplos discursos*. São Luis: EDUFMA, 2002.

CHARTIER, Roger, A mediação editorial. In: _____. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p.61-76.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 11.ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2006

_____. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

COELHO NETO, José Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

CUNHA, Miriam Vieira da; SOUZA, Francisco das Chagas de. *Comunicação, gestão e profissão: abordagens para o estudo da Ciência da Informação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIZARD JUNIOR, Wilson. *A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

DUARTE, Newton. *Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?* Campinas: Autores Associados, 2003.

_____. *Vigotski e o aprender a aprender*. 4.ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

DUPAS, Gilberto. *Ética e poder na sociedade da informação*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

_____. *O mito do progresso*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e ciência da Informação*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

KURZ, Robert. A ignorância da sociedade do conhecimento. *Folha de São Paulo*, 13 de janeiro de 2002 – Caderno Mais, p. 14-15.

LUNARDELLI, Rosane S. A. Usuários ou clientes de biblioteca? Uma reflexão sob o ponto de vista da lexicologia. *Signum*. v.7/2, p. 91-99, dez. 2004.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MATTELART, Armand. *História da Sociedade da Informação*. Petrópolis: Vozes, 1004.

MESZAROS, Istvan. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MORAES, Denis de (Org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. (Org.). *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

OLIVEIRA, Marlene de (Org.). *Ciência da informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

O PODER das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

RAMONET, Ignácio. O poder midiático. In: MORAES, Denis de (Org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p.243-252.

ROUANET, Sérgio Paulo. Fato, ideologia, utopia. *Folha de São Paulo*, 24 de março de 2002. Caderno Mais.

RUDIGER, Francisco. *Introdução às teorias da cibercultura*. Porto Alegre: Sulinas, 2003.

SADER, Emir (Org.). *7 pecados do capital*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 200.

VASAPOLLO, Luciano. *Por uma política de classe: uma interpretação marxista do mundo globalizado*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

VELHO, Gilberto, KUSCHNIR, Karina (Org.). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

_____. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WATERS, Lindsay. *Inimigos da esperança: publicar, perecer e o eclipse da erudição*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.